



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201976301773	Distribuição: 19/12/2019
Número Único: 0002729-12.2019.8.25.0050	Competência: 2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA
Endereço: Rua D
Complemento: conjunto jorge alberto
Bairro: centro
Cidade: NOSSA SENHORA DAS DORES - Estado: SE - CEP: 49600000
Requerente: Advogado(a): MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY 6428/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 15º Andar
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

19/12/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201976301773, referente ao protocolo nº 20191219095601138, do dia 19/12/2019, às 09h56min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SERGIPE**

SHEILA SANTOS DE JESS FERREIRA, brasileira, casada, cabelereira, filha de José Nilson de Jesus e Maria José dos Santos de Jesus, nascida em 05/01/1982, portadora do RG nº 30056594 SSP/SE, inscrita no CPF nº 011.334.985-82, residente e domiciliada na Rua D, nº 115, Conj. Jorge Alberto, Nossa Senhora das Dores/Se, CEP:49.600-000, por conduto de seu procurador abaixo subscrito, com endereço a Av. Firmino Alves, n. 60, Edifício Módulo Center, 13º andar, Sala 1305, Centro, Itabuna/BA, endereço eletrônico mpkleahy@hotmail.com, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015, ajuizar

AÇÃO DE COBRANÇA COMPLEMENTAR DO SEGURO DPVAT

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir delineados.



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

I – DA CONCESSÃO DO BENEPLÁCITO DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente requer a Autora que lhe seja deferido o benefício da justiça gratuita, fundamentado no disposto do inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal e na Lei nº 1.060/50 com alterações introduzidas pela Lei nº 7.540/86, em virtude de não possuir condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento próprio.

II – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Em consonância com o art. 319, VII, do novo Código de Processo Civil, que traz a necessidade da parte solicitar ou não audiência de conciliação, a Autora informa que não possui interesse na designação de audiência conciliatória.

III – DO BREVIÁRIO FÁTICO

Conforme podemos avistar nos documentos em anexo, a autora foi vítima de um acidente de trânsito ocorrido em 31/05/2018 por volta das 18h00min, quando transitava pela praça XV de Novembro, pilotando sua moto quando ao entrar para pista de capela, veio um veículo, modelo siena e colidiu com a moto da Autora, vindo esta a cair na pista de rolamento.

O condutor do siena evadiu-se do local sem prestar socorro.

Tempo depois, a Requerente foi socorrida e encaminhada para a clínica da Família, nesta cidade, e depois transferida para o Hospital Garcia Moreno, em Itabaiana, onde permaneceu internada.



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

Em virtude do acidente, a Autora adquiriu invalidez permanente, conforme consta nos relatórios, em anexo

Desta feita, a Requerente deu entrada no pedido administrativo de pagamento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez, sendo que a seguradora, no dia 10/07/2019, o valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), consoante doc. em anexo.

Portanto, a Postulante não concorda com o valor atribuído a título de indenização administrativa e, desta forma, não tinha alternativa senão ingressar com a presente demanda judicial.

IV – DA QUESTÃO PRELIMINAR

IV.1 – LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO

Assim preceitua o art. 7º da Lei 6.194/76:

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Feita a leitura deste artigo, pode-se concluir que a legitimidade passiva é da seguradora do veículo que causou dano a vítima. Nada o impede, entretanto,



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

de acionar qualquer companhia seguradora integrante dos Consórcios DPVAT, face ao relevante aspecto social do instituto:

Seguro obrigatório. DPVAT. Consórcio. **Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso** (Recurso Especial nº 401418/MG, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Decisão em 23/04/2002). (grifo nosso).

Esta, inclusive, é a orientação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, como podemos concluir através das sábias palavras do Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto:

Inicialmente, analiso a preliminar levantada de ilegitimidade passiva da Nobre Seguradora do Brasil S/A. **Compulsando os autos, verifica-se que o valor pago ao autor foi efetuado pela Seguradora Líder dos Consórcios da Seguradora DPVAT (fls. 25). Ocorre que há solidariedade entre as seguradoras participantes do consórcio obrigatório DPVAT, de modo que, independente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação.**

Rechaço, pois a preliminar de ilegitimidade passiva da Nobre Seguradora do Brasil. (Apelação Cível nº 5492/2008, 1ª Câmara



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

Cível, Tribunal de Justiça de Sergipe: Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto. Julgado em 11/11/2008). (grifo nosso)

Dessa feita, não deve ser acatada qualquer preliminar aduzida no sentido de contestar a legitimidade passiva.

V – DO DIREITO

V.1 – DA LATENTE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro é a manutenção dos direitos fundamentais sociais - termo aqui utilizado como abreviatura de direitos econômicos, sociais e culturais - conquistados, protegendo-os dos refluxos políticos e econômicos.

Malgrado a Constituição Federal de 1988 – consagradora de um Estado social e democrático de direito no país - reconheça os direitos sociais como direitos fundamentais, sendo, portanto, intangíveis em face das denominadas cláusulas pétreas, vários desses direitos foram concretizados por meio de legislação infraconstitucional, situação que pode facilitar sua redução ou supressão mediante quórum parlamentar reduzido, levando, em alguns casos, se assim ocorrer, ao esvaziamento do comando constitucional a eles referentes. Por isso, é importante a pesquisa de meios técnico-jurídicos que obstem a supressão ou a redução desses direitos, que os preserve do alvedrio das maiorias políticas eventuais.

Sabe-se que a Lei 11.482/07, alterou o art. 3º, Lei 6.194/74, reduzindo o valor de indenização, consolidando a MP 340/06. **Porém, acontece que com essa redução no valor houve substancial retrocesso em garantia já adquirida pela população em geral, violando-se o princípio constitucional implícito de vedação ao retrocesso social.** Isso porque, **nas palavras da Doutra Magistrada Suyene Barreto Seixas de Santana,**



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

atuante da Justiça de Sergipe, "a responsabilidade pela indenização do seguro DPVAT configura direito fundamental porque, de um lado corresponde ao princípio do solidarismo (artigo 3º, inciso I da Constituição Federal) e de outro, porque a referida indenização corresponde a direito individual homogêneo, o que o eleva à categoria constitucional (artigo 127 da CF c/c artigo 5º, X, da CF)". Por esse motivo, o Judiciário sergipano vem declarando a inconstitucionalidade material parcial do art. 8º da lei 11.482/07.

Nesse sentido, as decisões judiciais seguem o caminho de reconhecer a **inconstitucionalidade do art. 8º da Lei nº 11.482/2007**. Cite-se, por todos, o processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010, o qual cita também decisão da Turma Recursal de Sergipe (pode-se conferir também, no site do TJ/SE, "www.tjse.jus.br", o processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010) (destacou-se):

A doutrina jurídica do ambiente pós-positivista procura consolidar o **princípio da vedação de retrocesso**, pelo qual, em síntese apertada, se o ordenamento jurídico atingir determinado patamar de avanço em direitos fundamentais, não se torna compatível com a Constituição a supressão, por ato legislativo ou decisão judicial, do patamar atingido até então, tampouco a diminuição de concreção já estabelecida.

Outrossim, outras decisões do STF trataram do tema da proibição de retrocesso, como as ADIs nºs 3.105-8-DF e 3.128-7-DF, o MS nº 24.875-1-DF e, mais recentemente, a ADI nº 3.104-DF. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também já analisou o tema na Apelação Cível nº 70004480182, que foi objeto do RE nº 617757 para o STJ. A matéria mereceu análise também pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul – Processo nº 2003.60.84.002458-7.

Percebe-se, assim, a violação ao princípio do não-retrocesso social, pois a ideia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

a plena realização da dignidade humana deve ser vista com reservas e somente pode ser aceita se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não é o caso da lei 11.482/07. Tal posicionamento vem sendo aceito neste Estado, por diversos Juizados, bem como pela Egrégia Turma Recursal (Processos: 200840301282; 200883520186; Recursos Inominados: 201000800595; 201000800840).

Portanto, a redação dada ao art. 3º, Lei 6.194/74, pela Lei 11.482/07, oriunda da MP 340/06, ofende ao princípio da vedação de retrocesso, por pertencer à responsabilidade indenitária mediante DPVAT um direito fundamental.

VI – DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

No que diz respeito ao termo *a quo* dos juros e da correção monetária, temos que, em relação ao primeiro, deve ser aplicada a regra contida no art. 405 do Código de Processo Civil, ou seja, os juros moratórios devem incidir a partir da citação inicial. Já a correção monetária, é pacífico na doutrina e na jurisprudência pátria que a atualização monetária deve ser iniciada a partir da data do pagamento administrativo. Vejamos:

DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPETENCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. INTERESSE DE AGIR - A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. LAUDO DO IML É PRESCINDÍVEL QUANDO HÁ OUTROS ELEMENTOS QUE CONFIRMAM A INVALIDEZ. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO - CONSTITUCIONALIDADE (Precedentes do STF - RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005). **INCIDENCIA DA**



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

CORREÇÃO MONETARIA A PARTIR DO PAGAMENTO PARCIAL E JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. CONDENAÇÃO AO COMPLEMENTO DA INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 13.065,00. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Recurso Inominado Nº 201100900988, Turma Recursal do Estado de Sergipe, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Diógenes Barreto, RELATOR, Julgado em 22/07/2011). (grifo nosso).

VII – DA NECESSIDADE DE PERICIA MEDICA JUDICIAL

O fato em comento necessita, para oferecer grau de certeza quanto à existência e à extensão dos danos, de prova pericial. Ainda que se considere que a invalidez foi admitida pela seguradora através de pagamento administrativo, o que se discute aqui é a existência do direito à complementação. Destarte, a perícia é necessária para verificar a existência ou não de invalidez em grau superior ao apurado na esfera administrativa.

VIII – DOS REQUERIMENTOS

Com lastro no quadro amplamente explanado e na robusta documentação comprobatória anexada, requer a V. Exa.:

- a) O deferimento do benefício da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50;
- b) A citação da Requerida, na pessoa de seu representante legal, no endereço constantes do preâmbulo da exordial para apresentar contestação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

c) Que seja designada a devida perícia médica para a comprovação do alegado e que seja apurado o real e verdadeiro valor indenizatório;

d) Após apurado quantia complementar, seja julgado procedente o pedido, condenando-se a Requerida ao pagamento do valor complementar do seguro, ao qual restará apurado através do competente Laudo Pericial, visto que a autora recebeu, na esfera administrativa, valor indenizatório inferior;

e) A condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e 20% de honorários advocatícios e demais cominações legais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, principalmente pelos documentos já acostados: procuração, comprovante de residência, documentos pessoais, boletim de ocorrência, relatório médico e pagamento administrativo.

Dá-se a causa o valor R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 19 de dezembro de 2019.

Bel. Marcos Paulo Kruschewsky Leahy
OAB/SE 6428



Senna, Cruz & Souza

Advocacia e Consultoria

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA, brasileira, casada, cabelereira, inscrita no CPF nº 011.336.985-82, RG nº 30056594 SSP/SE, nascida em 05/01/1982, filha de José Nilson de Jesus e Maria José dos Santos de Jesus, residente e domiciliada na Rua D, Conjunto Jorge Alberto, nº 115, Nossa Senhora do Socorro/Se, CEP: 49.600-000.

OUTORGADOS: MARCELA HAGGE DE OLIVEIRA, brasileira, advogada inscrita na OAB/BA 36.043, **JULLIA ALMEIDA CRUZ LEAHY**, brasileira, advogada inscrita na OAB/BA 36.925, **MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/SE 6428, todos com endereço profissional na Av. Firmino Alves, n. 60, Edifício Módulo Center, 13º andar, Sala 1305, Centro, Itabuna/BA.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber, levantar alvará judicial, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

Aracaju, 10 de dezembro de 2019.

Outorgante

MARIA JOSE DOS SANTOS DE JESUS
 NUCLEO HAB JORGE ALBERTO, 00 - MATADOURO
 NOSSA SENHORA DAS DORES / SE CEP: 48600000 (403 340)



Ligação MONOFÁSICA
 C/S/SE: RES MTO B1 - RES CENAL - RES CENAL
 Rua: 2 - 342 - 342 - 342
 Município: 45027-000

ENERGISA S.A. - C.P. 00000000-00
 Rua: 2 - 342 - 342 - 342
 Município: 45027-000
 Cód. para Deb. Automático: 00010337046

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Mai / 2019	06/05/2019	04/06/2019	458.744.686-87

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 03/04/19	Leitura 1719	Data 06/05/19	Leitura 1765	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base (R\$)
0801	Consumo em kWh	46,020	0,725	33,34
0801	Adic. B. Anorexia		0,09	0,09
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807	CONTRIB. ILUM. PÚBLICA		7,30	0,00
TOTAL				
CCI Código de Classificação do Item		TOTAL	32,93	0,00
Táxas e Tributos		0,521750	0,00	0,00

37 13/05/2019 R\$ 32,93

Histórico de Consumo (kWh)

42	39	37	33	32	34	40	40	54	20	49	40
Mar/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19

73a8.865b.14f1 006c 369a.c455.0c76.f804

Indicadores de Qualidade			3/2019 - NOSSA SENHORA DAS DORES	
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		
DIC MENSAL	5,72	0,00	MONITOR	127
DIC TRIMESTRAL	11,56			
DIC ANUAL	23,16			
PI MENSAL	3,36	0,00	CONTRATADA	117
PI TRIMESTRAL	6,72		LIMITE INFERIOR	103
PI ANUAL	13,45			
DIVIS	6,27	0,00		
DICRI	12,22			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Valor de Debito em R\$	32,93	100,00
Total	32,93	100,00

Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.
 Reajuste Tarifário Vigência 22/04/19-Resol. ANEEL nº 2.531- Baixa Tensão 6,33% Médio.
 Reajuste Tarifário Vigência 22/04/19-Resol. ANEEL nº 2.531- Alta Tensão 1,84% Médio.
 Leitura confirmada



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
COORDENADORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 090997/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 30/08/2019 09:13 Data/Hora Fim: 30/08/2019 09:31
Delegado de Polícia: Marcos José Garcia da Rocha

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Regional de Nossa Senhora das Dores - Aisp
Data/Hora do Fato: 01/05/2018 18:00

Local do Fato

Município: Nossa Senhora das Dores (SE) Bairro: Centro
Logradouro: PRAÇA XV DE NOVEMBRO
Complemento: EM FRENTE AO POSTO DE COMBUSTÍVEL CEP: 49.600-000
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: SE - Aracaju	Sexo: Feminino	Nasc: 05/01/1982
Profissão: Cabeleireiro			
Estado Civil: Casado(a)			
Nome da Mãe: Maria Jose dos Santos de Jesus	Nome do Pai: Jose Nilson de Jesus		

Documento(s)

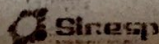
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 011.334.985-82
RG - Carteira de Identidade: 30056594

Endereço

Município: Nossa Senhora das Dores - SE Nº: 115
Logradouro: CONJUNTO JORGE ALBERTO, RUA D
Complemento: CONHECIDO POR FAVELA CEP: 49.600-000
Telefone: (79) 99848-2411 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 011.334.985-82	Placa QKX9406
Renavam 01098505066	Número do Motor 1P39FMB14063201
Número do Chassi LLXCBLA7FG807326	Ano/Modelo Fabricação 2015/2014
Cor PRETA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo São Cristóvão	Marca/Modelo I/CHARMING BULL KRC50
Modelo I/CHARMING BULL KRC50	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 24/02/2017	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos



Delegado de Polícia Civil: Marcos José Garcia da Rocha
Impressor: Rebeca Bispo Lima Vianna
Data de Impressão: 30/09/2019 09:31
Protocolo: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180506333

Vítima: SHEILA DOS SANTOS DE JESUS

Data do Acidente: 01/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JULIO MUNIZ DOS SANTOS JUNIOR

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), SHEILA DOS SANTOS DE JESUS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 945,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 = R\$ 945,00

Recebedor: SHEILA DOS SANTOS DE JESUS

Valor: R\$ 945,00

Banco: 104

Agência: 000003836

Conta: 0000010585-1

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em:

www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,





RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito

Número do sinistro R.D. 2018/06571.0.000352.

Nome do paciente: STEIHA SIMÃO DE JESUS RIBEIRO Data de nascimento: 05/01/1982

Data do início do tratamento / Acidente 01/05/2018

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Acidemia vítima de acidente com carro, com lesões. Contusão no tórax, do tipo, escoriações, lesões de pele para a cabeça e face, com lesões traumáticas de tipo contuso. Após ser transferido para o Hospital Santa Maria de Itapetininga, onde foi admitido. Após este período de internação, por exame radiológico, tem o diagnóstico de fratura

2 - Data / Tratamento Realizado: Tratamento do Correlado Dado

01.05.2018

Acidemia foi submetido a Ressecção Incompleta de Córneo do Correlado Dado, e Colocação de Aparelho Gerador Tipo TMS para Alívio da Dor. Cirurgia, medicação e controle por meio de acompanhamento no Ambulatório de Retorno do Hospital Regional de Itapetininga - SP

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

01.05.2018

RX do Correlado Dado / Correlado III / Fratura completa do Correlado D

25032019

Data

MPA

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

01.05.2018 1º ATENDIMENTO @ KINCA & FAMILIA
N.º 041 DR. REGIA

01.05.2018 2º ATENDIMENTO HOSPITAL BOGOUR
DE HABITUAÇÃO

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

- Primeira Tarefa Para Melhorar o Fluxo de Dados Dado
- Primeira Tarefa Para Melhorar a Extensibilidade do Dado
- Primeira Tarefa Para Melhorar a Freq. Motoriz. em MSD.
- Primeira Tarefa Para Melhorar a Freq. e Abundância Func. em MSD; no (Vizão) Permutação do Corrente Dado

6 - Alta definitiva do tratamento: / / .

7 - Data do Exame do Paciente 25.03.2015.

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368
Endereço Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	Número 598	Cidade Aracaju	Estado Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

25/03/2019
Date


Assinatura e Carimbo

2

Consultório de Ortopedia e Traumatologia Dr. Renato Teixeira.
Rua Itaporanga, 598 - CEP: 49055-330, Aracaju - SE, Telefones: (079) 3211-5368 / 9817-5139 / 8848-2270

JFSANTOS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 531768

DATA: 08/05/2018 HORA: 10:45 USUARIO: JFSANTOS

CNS:

SETOR: 04-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA DOC....: 30056594
IDADE.....: 36 ANOS NASC: 05/01/1982 SEXO...: FEMININO
NOME DO REFEITO: CONJ JORGE ALBERTO NUMERO: 59
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: NOSSA SENHORA DAS DORES UF: SE CEP....: 49600-000
NOME PAI/MAE...: JOSE NILSON DE JESUS /MARIA JOSE DOS SANTOS DE JESU
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: NAO TEM
PROCEDENCIA....: NSA SRA DAS DORES - SE
ATENDIMENTO....: REVISAO
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

TA: [] X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

HISTORIA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

SINAIS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

- Dor e barba no ventre
- Dúrcia

- Mega fletido
- mega fletido
- Dúrcia

SINAIS DE ENFERMAGEM:

- Dúrcia
- Dúrcia: S/ sinal de um fletido - ou seja como não

DIAGNOSTICO:

fractura de fêmur direito CID: 86.01.01.00

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

- Proprietário (M)
Dúrcia
Medicação p/ dor

HORA DA SAIDA:

HORA DA SAIDA:

[] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

[] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

ENCAMINHADO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

TEMPO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

ASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

O BE: 531768

DATA: 08/05/2018

HORA: 10:45

USUARIO: JPEREIRA

SETOR: 04-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA
.....: 36 ANOS NASC: 05/01/1982
ECO.....: CONJ JORGE ALBERTO
EMENTO....: CASA BAIRRO: CENTRO
EPIO.....: NOSSA SENHORA DAS DORES UF: SE CEP....: 49600-000
PAI/MAE...: JOSE NILSON DE JESUS /MARIA JOSE DOS SANTOS DE JESU
NSAVEL....: O PROPRIO TEL....: NAO TEM
DENCIA...: NSA SRA DAS DORES - SE
IMENTO...: REVISAO
POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

11 x 6 mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []
S COMPLEMENTARES: [X] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

ITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

COES DA ENFERMAGEM:

*Apresenta dor ao andar
ardência clínicamente frequente e diminuída
na gástrica.*

OSTICO:

CID:

Correia

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Rx Corvo 1500

DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA:

[] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

NACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

FERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO

ATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

SIGNATURA E CARIMBO DO MEDICO

Protocolo
08-05-18
612

Rasmidney Silva
Téc. em Radiologia por Imagem
CRFR: 00671

MS DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

Nº DO BE: 529437

DATA: 01/05/2018 HORA: 21:15 USUARIO: ACARAGAO
SETOR: 04-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : SIHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA
IDADE.....: 36 ANOS NASC: 05/01/1982
ENDEREÇO.....: RUA JORGE ALBERTO
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: NOSSA SENHORA DAS DORES UF: SE
NOME PAI/MAE...: JOSE NILSON DE JESUS /MARIA JOSE
RESPONSÁVEL....: O PROPRIO
PREVIDENCIA....: NSA SRA DAS DORES - SE
ABANDONAMENTO...: OUTROS
CÓDIGO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

DOC....:

SEXO...: FEMININO

NUMERO: 59

CEP....: 49600-000

DOS SANTOS DE JES

TEL....: 99306487

TRAUMA: NAO

mmHg]

PULSO: []

TEMP.: []

PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: ☒ RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
☐ LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *luxação do cotovelo* DATA PRIMEIROS SINTOMAS: *1/1/1**Colo. ligam. lateral*

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Tratado com Plac.

Dr. Ricardo Dantas Feres
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM SE 4594

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Indomid 100mg IM

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PAT

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

19/12/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900159}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

07/01/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro a gratuidade judiciária pleiteada. Considerando o já manifestado desinteresse do demandado em audiências de conciliação e para evitar dilações processuais desnecessárias, determino seja ele citado para contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores

Nº Processo 201976301773 - Número Único: 0002729-12.2019.8.25.0050

Autor: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária pleiteada.

Considerando o já manifestado desinteresse do demandado em audiências de conciliação e para evitar dilações processuais desnecessárias, determino seja ele citado para contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).



Documento assinado eletronicamente por **OTAVIO AUGUSTO BASTOS ABDALA**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores, em 07/01/2020, às 06:15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000002578-94**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

29/01/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

29/01/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202076300380 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Nº 01
Bairro - Centro Cidade - Nossa Senhora das Dores
Cep - 49600-000 Telefone - (79)3265-4900

Normal(Justiça Gratuita)



202076300380

PROCESSO: 201976301773 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0002729-12.2019.8.25.0050
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Defiro a gratuidade judiciária pleiteada. Considerando o já manifestado desinteresse do demandado em audiências de conciliação e para evitar dilações processuais desnecessárias, determino seja ele citado para contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER
Residência : Rua Senador Dantas, 15º Andar, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA GONÇALVES DE SANTANA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores, em 29/01/2020, às 11:55:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000191053-53**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

26/02/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 202076300380, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



DESTINATÁRIO

SEGURADORA LIDER
Rua Senador Dantas nº 74, 15º Andar. Centro.

20031205 - Rio de Janeiro - RJ

AR105197965SG



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201976301773 e mandado nro. 202076300380

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:

2ª ____/____/____:

3ª ____/____/____:

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
devolver o
objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço incorreto | <input type="checkbox"/> 6 Não foi encontrado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Retornado |
| <input type="checkbox"/> 5 Outros: | |

SEGURADORA LIDER

05 FEV 2020

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

[Handwritten signature]

ASSINATURA DO RECEBEDOR

[Handwritten signature]
Glauclia Martins Barboza

DATA DE ENTREGA

[Handwritten date]
05/02/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 02/311.297-1

Nº DOC. DE IDENTIDADE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

05/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que transcorreu o prazo sem a apresentação de contestação pelo réu.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

05/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

13/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Decreto a revelia do demandado. Todavia, a realização da prova pericial é essencial ao deslinde da lide, sendo impossível o julgamento do feito sem ela. Assim, determino seja intimado, via postal, o demandado para que deposite os honorários periciais, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do convênio firmado entre aquela parte e o Tribunal de Justiça. Anoto prazo de 10 (dez) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores

Nº Processo 201976301773 - Número Único: 0002729-12.2019.8.25.0050

Autor: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Decreto a revelia do demandado.

Todavia, a realização da prova pericial é essencial ao deslinde da lide, sendo impossível o julgamento do feito sem ela.

Assim, determino seja intimado, via postal, o demandado para que deposite os honorários periciais, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do convênio firmado entre aquela parte e o Tribunal de Justiça.

Anoto prazo de 10 (dez) dias.



Documento assinado eletronicamente por **OTAVIO AUGUSTO BASTOS ABDALA**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores, em 13/05/2020, às 17:33:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000898979-29**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

14/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado nº 202076301147 para o réu.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

15/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202076301147 do tipo Intimação Parte do proceso Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial [TM924,MD1809]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Nº 01
Bairro - Centro Cidade - Nossa Senhora das Dores
Cep - 49600-000 Telefone - (79)3265-4900

Normal(Justiça Gratuita)



202076301147

PROCESSO: 201976301773 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0002729-12.2019.8.25.0050
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para cumprir a finalidade abaixo identificada constante no/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos.

Prazo: 10 (dez) dias

Finalidade: depositar os honorários periciais, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do convênio firmado entre aquela parte e o Tribunal de Justiça.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER
Residência : Rua Senador Dantas, 15º Andar, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM924, MD1809]



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA GONÇALVES DE SANTANA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora das Dores, em 15/05/2020, às 15:53:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000915284-10**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

02/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cumprimento do mandado de citação nº 202076301147.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

02/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cumprimento do mandado de citação nº 202076301147.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

29/10/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cumprimento do mandado de citação nº 202076301147.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

10/12/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY - 6428}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SERGIPE**

Processo nº 201976301773

SHEILA SANTOS DE JESUS FERREIRA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, por conduto do causídico que esta subscreve, perante a honrosa presença de Vossa Excelência, informar que o feito encontra-se estagnado desde o dia 02.07.2020 sem que haja qualquer movimentação.

Assim sendo, considerando a ocorrência da revelia da requerida, requer a designação de prova pericial.

Nossa Senhora das Dores/Se, 10 de dezembro de 2020.

MARCOS PAULO KRUSCHEWSKY LEAHY

OAB/SE 6.428



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

14/12/2020

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Intimação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.</br>Intime-se o demandado para que deposite os honorários periciais, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do convênio firmado entre aquela parte e o Tribunal de Justiça. Anoto prazo de 10 (dez) dias.</br> Intimação enviada ao Empresa Privada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

14/12/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.202076301147 de Intimação Parte do proceso Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial [intimação eletrônica]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA COMARCA DE N. SRA. DAS DORES
Praça. Des. Aloísio de Abreu Lima, Bairro Centro, N. Sra. Das Dores/SE, CEP 49600000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201976301773

DATA:

14/12/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que o mandado nº 202076301147 para intimação da demandada não havia retornado. Entretanto, a referida empresa, atualmente, dispõe de cadastro eletrônico para intimações, razão pela qual será intimada eletronicamente para cumprir o despacho do dia 13/05/2020. Nesse viés, deixo de enviar os autos conclusos para análise do pedido formulado pela autora, bem como cancelei o mandado de intimação nº 202076301147 expedido via AR.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não